

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

**A Formação Superior como Instrumento de Ascensão Social: Um Estudo de Caso
dos Egressos do Curso de Economia da UNESC**

**Denise Spilere Pisoni Nunes
Dimas de Oliveira Estevam**

RESUMO

O indivíduo que frequenta o ensino superior busca melhorias para sua condição de vida e solução dos seus problemas como falta de oportunidade, desemprego e problemas financeiros. Dessa forma ele busca um meio de fuga e de negação da sua condição de vida como uma maneira de garantia de ascensão social. **Objetivos:** Neste artigo busca-se analisar se a universidade tem preparado o seu acadêmico para o mercado de trabalho e em que medida a formação superior representa um instrumento de ascensão social, na visão dos egressos do Curso de Economia da UNESC e se a formação obtida proporcionou uma melhoria na sua condição de vida, partindo do pressuposto de que a educação facilita o acesso ao mercado de trabalho. **Metodologia:** A pesquisa se deu por meio de pesquisa bibliográfica de abordagem quantitativa e qualitativa e através da aplicação de questionários. **Conclusão:** De acordo com os resultados obtidos destaca-se entre outros o seguinte: os egressos tiveram como objetivos ao cursar economia melhoraria e ampliação da cultura geral, o engajamento na vida profissional, a compreensão do contexto em que vivem e a estabilidade profissional. Ainda conforme os resultados da pesquisa a grande maioria acredita que a formação proporcionada pelo curso está em parte adequada para as funções desempenhadas. Para aqueles que ainda não se alocaram na sua área de formação o motivo apresentado foi a falta de oportunidade no mercado de trabalho. Outro ponto de destaque foi que e a grande maioria continua na mesma atividade profissional depois de formado.

Palavras-chave: Educação (Ensino Superior). Ascensão Social (Mobilidade). Mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O sistema educacional tem por objetivo transmitir os conhecimentos básicos e especializados para a formação da força de trabalho e estes conhecimentos vão sendo utilizados de acordo com a necessidade e/ou dificuldade de cada indivíduo, seja na sua vida profissional, familiar, cultural, nas suas relações com as outras pessoas e na possibilidade de conseguir uma melhor condição de vida. A educação geralmente corresponde às necessidades de reprodução econômica, social e política de uma sociedade.

O sistema de ensino brasileiro é baseado no modelo dos países europeus e norte americano, porém a realidade no Brasil é bem diferente destes países. Deve-se lembrar que tem-se ainda no Brasil uma grande quantidade de analfabetos, levando-se em conta que vive-se num mundo em que as exigências de conhecimento para o mercado de trabalho se transformaram rapidamente.

No entanto, apesar da melhora significativa nos últimos dez anos, o índice de analfabetismo foi reduzido de 17% para 11,6% segundo o IBGE/PNAD (2003), mas ainda existe uma

marginalização de uma grande parte da população em relação ao acesso ao conhecimento. Essa situação, porém, decorre de problemas estruturais mais amplos, nos quais não serão aprofundados neste artigo.

Num mundo globalizado e de mudanças rápidas as funções surgem e desaparecem com frequência. Funções com melhores remunerações estão desaparecendo ou se modificando. Todavia as transformações constantes do processo produtivo modificaram o cotidiano das pessoas e todo o desenvolvimento da sociedade passa a ser moldado conforme as necessidades do mercado. Se antes as empresas buscavam nas Instituições de Ensino Superior (IES) os melhores alunos, atualmente, busca-se principalmente formandos com altas especializações. São estes profissionais que as empresas procuram e conseqüentemente os estudantes universitários vêm nas instituições de ensino superior a oportunidade de adquirir o conhecimento e a especialização para responder às exigências do mercado de trabalho. E assim, se acredita que a educação seja a melhor saída para a superação dos problemas sociais, como o desemprego, a moradia, a fome, etc.

Tendo a expectativa de ascender socialmente através da formação o acadêmico busca na universidade sua qualificação para o mercado de trabalho. Este artigo analisa em que medida a formação superior representou um instrumento de ascensão social, na visão dos egressos do Curso de Economia da UNESC? Partindo do pressuposto de que a formação superior seja um instrumento de ascensão social. E até que ponto a formação proporcionada pelo Curso de Economia preparou o egresso para o mercado de trabalho.

2 DA MANUFATURA À DIVISÃO DO TRABALHO E A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Os tempos modernos podem ser caracterizados a partir da construção de novos saberes, novos métodos, novos conceitos e novas categorias. Estas transformações são entendidas a partir do momento em que o homem começa a produzir de outra maneira as suas necessidades, e essas, por sua vez, trazem novas formas de relações sociais.

Segundo Buffa (1987) no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII a forma de produção artesanal perde espaço para a produção manufatureira. Desde então, esta nova forma de produção permitirá compreender algumas exigências postas à educação e à escola, visto que a manufatura colocou o trabalho sob novas bases, transformou as relações de propriedade e mudou as relações entre trabalhador e empregador.

Logo, a manufatura se torna insuficiente e é substituída pela grande indústria moderna, em que o instrumento de trabalho é a máquina-ferramenta. O artesão agora precisa de novas habilidades para manejá-la porque a máquina iguala as habilidades de todos os trabalhadores. O surgimento da indústria traz consigo uma forma específica de produção, diferente de todas as outras até então. A produção deixa de ser empírica e passa a ser científica. Com o surgimento da máquina-ferramenta realiza-se uma grande ruptura no processo produtivo: se antes a força motriz para manipular as ferramentas era do homem, agora as ferramentas são movidas pela máquina. O trabalho não depende mais das condições biológicas do trabalhador (AUED, 1999).

O movimento da industrialização e da divisão do trabalho traz o fim da produção artesanal e faz surgir à produção fabril e a necessidade de profissionais para essa nova modalidade de produção. Isto traz condições para o nascimento de uma moderna educação, pois as relações educacionais antes existentes, fundadas no ensino do mito e no domínio do saber contido nas mãos habilidosas do artesão, estão se tornando insuficientes para continuar a organizar os indivíduos.

Segundo Carvalho (1989) os trabalhadores, inseridos nessa nova forma de produção

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA
AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

necessitam de novas habilidades, conseqüentemente de novos ensinamentos e de um novo saber. Essa nova formação seria comum a todos até certo ponto e direcionada de acordo com os interesses de cada um. Mas as mudanças na produção provocaram também transformações nos aspectos políticos, econômicos e sociais, trazendo alterações na organização do sistema de ensino.

Essa nova forma de produzir fez surgir novas profissões e a necessidade de atualização das antigas e a escola passa a ser legitimada como formadora e/ou atualizadora da força de trabalho. Trata-se de uma educação nivelada, já que a máquina iguala todos os trabalhadores. O trabalhador deverá estar qualificado e disciplinado para fazer parte desta nova forma de produção e o livro didático é o recurso para esta educação padronizada.

A escola é chamada a responder às exigências da produção e as novas necessidades de formação para o mercado de trabalho. Nesse sentido, ela deve atender a essas exigências e este corresponder a necessidade de emprego dos recém formados.

O processo educativo tem implicações com a divisão social do trabalho. Quanto mais simples a divisão do trabalho, mais elementares serão os meios para transmitir aos jovens seu legado cultural, pois imitação, sugestão e exemplos são, por si só, suficientes para o conhecimento de técnicas de produção e convivência que irão garantir a sobrevivência e a integração de um grupo (TOSCANO, 1984).

De acordo com o mesmo autor quando a sociedade apresenta uma divisão social do trabalho mais complexa, baseada na especialização de ofícios, se impõe uma formalização do processo educativo e os indivíduos desta formalização são encarregados de transmitir aos jovens os conhecimentos ligados a sua especialização. “A escola é, assim, a instituição característica de uma sociedade complexa e em mudança acelerada” (IBIDEM, 1984, p. 127). Sendo assim, cada vez mais a escola tende a assumir as funções que até então eram confiadas à família e a outros grupos informais.

Nas palavras do autor “todo o processo educativo, em nossos dias, é entendido como um modo de adaptação das gerações jovens às exigências da sociedade tecnológico-industrial” (p. 127). Por isso, fica então expressa a importância cada vez maior que assumem as instituições educacionais, e a pressão que existe em toda a sociedade moderna, para que a escola corresponda as necessidades criadas pelo complexo industrial, assegurado por uma tecnologia comprometida com o progresso ilimitado e sem fronteiras.

O processo de industrialização criou necessidades novas que o sistema educacional até então vigente já não tinha condições de atender. O aprendizado simples já não é mais suficiente e o trabalho na indústria não pode ser eficazmente realizado sem um aprendizado metódico, capaz de preparar os jovens para as tarefas cada vez mais complexas de um sistema de produção tecnológica que utiliza uma aparelhagem da mais alta precisão. É atribuída à escola, além de tudo, a preparação profissional do indivíduo e o sucesso deste no mercado de trabalho.

Para Schwartzman (1982) parece intuitiva a afirmação de que a educação superior no Brasil deve ser adaptada às necessidades efetivas do mercado de trabalho devido as características sócio-econômicas do país. Porém, esta idéia aparentemente simples encontra grandes dificuldades, pois a integração do sistema educacional com os demais aspectos do sistema econômico, social e político do país não é perfeita. Pode-se perceber isto na educação superior, pois esta depende de uma série de motivações e interesses nem sempre coincidentes e que tem seu desenvolvimento afetado por inúmeros aspectos, como a demanda social por educação que pode ser refletida nos dados como o número de candidatos nos exames vestibulares, a freqüência a cursos pré-vestibulares a até mesmo as aspirações educacionais de parcelas de população que jamais chegam ao sistema universitário. Como conseqüência desta demanda por educação percebe-se que são fundadas cada vez mais IES, porém o autor ressalta que a educação superior deve ser expandida respeitando os critérios de qualidade.

Se por um lado as IES desempenham um papel importante para a sociedade, devendo

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA
AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

promover o desenvolvimento através da educação.

[...] existe um forte discurso social que considera que os objetivos da escola fracassaram, já que ela não forma para o acesso ao mercado de trabalho. Esse discurso em parte é falacioso, pois tanto quantitativamente como qualitativamente está demonstrado que a posse de títulos e estudos são chaves para alguém não ser excluído do mercado de trabalho (TORTAJADA e FLECHA, 2000, p. 28).

Por outro lado, a escola não prevê quais serão as ocupações que as pessoas realizarão e já não se tem uma única ocupação ao longo da vida profissional, sem falar que, profissões estão sendo extintas e novas profissões são geradas freqüentemente.

Para Sacristán (2000) Porém, o que os indivíduos são ou o que poderão ser, não pode ser explicado ou projetado, sem serem considerados os efeitos dos sistemas educativos e as condições do mercado de trabalho. Esta é uma condição essencial deste século.

2.1 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ATRAVÉS DO INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO

Conforme Coombs (1976) existe uma pressuposição básica, entre os profissionais comprometidos com a formação, de que a educação é um investimento para o desenvolvimento sócio-econômico do país. O pressuposto é de que a educação produzirá recursos humanos em quantidade e qualidade requeridas pelo crescimento da economia e que o mercado fará bom uso desses recursos. Porém, existem fatores que se contradizem, como a possibilidade de o sistema de ensino produzir força de trabalho inadequada para o desenvolvimento econômico, ou então uma força de trabalho adequada, mas que a economia não a utilize adequadamente.

Difícilmente será possível estabelecer uma perfeita correspondência entre aquilo que o sistema educacional está produzindo e aquilo que o mercado de trabalho necessita para o momento ou necessitará para um crescimento futuro no que se refere à qualificação da força de trabalho. E, ainda de acordo com o mesmo autor: “indivíduos que saem de um sistema de ensino ostentando um *rótulo* de qualificação para um determinado tipo de trabalho, inúmeras vezes não estão de fato suficientemente preparados para realizá-lo” (p.119).

O sistema de ensino tende a orientar e formar os estudantes, porém não pode adivinhar as necessidades futuras destes que, ainda enquanto acadêmicos não sabem onde irão atuar. O ensino deve introduzir nos estudantes idéias modernas para a vida num mundo moderno, onde quer que tenham de viver. Não deve simplesmente condicioná-los para a aceitação da vida em uma economia tradicional e estática.

Um dos fatores que é considerado para medir o desenvolvimento econômico e social de um país é a taxa de analfabetismo, ou a quantidade de tempo que os indivíduos permaneceram na escola. Pressupõe-se que o país com maior desenvolvimento, ou até mesmo considerados de primeiro mundo, são aqueles que possuem a sua população com maior grau de escolaridade.

Os países mais afetados com o subdesenvolvimento apontam como uma das principais características desta causa a falta de estrutura educacional expressas em altas taxas de analfabetismo, evasão escolar e baixo índice de aproveitamento, professores não-qualificados, falta de estrutura física das escolas, etc. Tem-se um conjunto de manifestações que determinam o subdesenvolvimento do país através da educação.

É relevante a importância atribuída à educação em qualquer planejamento social tentando criar condições de superar o subdesenvolvimento pelo investimento no setor educacional. Segundo Toscano (1984) a educação, por si só, não será capaz de promover o desenvolvimento.

À tese de que o país é pobre porque é analfabeto, e é atrasado porque não possui um sistema educacional eficiente, responde-se hoje, com mais acerto,

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

com a afirmação oposta de que o país é analfabeto porque é pobre e não possui uma estrutura educacional dinâmica porque é atrasado (p. 221).

E ainda, conforme o mesmo autor, nenhum país subdesenvolvido consegue desenvolver isoladamente seu sistema educacional. O desenvolvimento deste sistema faz parte do desenvolvimento do país em todos os aspectos, principalmente de uma estrutura econômica sólida. Prova disso são os países de economias desenvolvidas, estes por sua vez, também tem as mais desenvolvidas estruturas educacionais. A educação é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento. A qualidade da educação surge como condição da eficiência econômica.

Enquanto nos países capitalistas desenvolvidos a função de dominação ideológica está associada a uma indiscutível elevação no nível científico e cultural da maioria da população, aqui, aparentemente, ficamos com a ampla prioridade à simples dominação (IBIDEM, 1986, p.09.)

Os países subdesenvolvidos apostam na educação como saída para os seus problemas. Precisa-se de uma educação para o desenvolvimento e oferecer às pessoas a oportunidade de serem mais produtivas.

Ainda, conforme Dowbor *apud* Carnoy (1986) os ganhos de produtividade estimulam os jovens a obter maior escolaridade, pois de acordo com a ideologia da mobilidade social, a única maneira de ser bem sucedido é conseguindo o máximo de escolaridade que se possa.

2.2 CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Como a educação se torna cada vez mais uma condição necessária para o emprego da força de trabalho num mercado cada vez mais escasso, a oferta de trabalho tende a estar mais identificada com a busca de maior e melhor qualificação profissional.

Segundo Lucas (1988) *apud* Magalhães e Miranda (2005) acrescenta a teoria do capital humano ao modelo de *Solow*, que supõe que a decisão do indivíduo em qual atividade alocar seu tempo no período corrente afeta sua produtividade no período futuro. Sendo assim, economias com baixos níveis de capital humano permanecerá com menor nível de renda que uma economia bem mais dotada.

Samuel (1999) *apud* Magalhães e Miranda (2005) argumentam ainda que o aumento no nível de capital humano das pessoas mais pobres, via educação, permite que essas pessoas tenham maiores salários.

As disparidades de renda no Brasil dificilmente serão reduzidas pelo simples aumento nos anos de estudo dos brasileiros mais pobres. A oferta de educação é condição necessária, mas não suficientes para elevar literacy das pessoas. Sabe-se que existem enormes diferenças na qualidade do ensino oferecido pelas escolas brasileiras e que a capacidade de aprendizado dos alunos também está relacionada ao ambiente em que estes vivem, escolaridade dos pais, acesso à informação, ao transporte, à habitação, [...] (MAGALHÃES e MIRANDA, 2005, p. 09)

Costanzi (2005) afirma que as diferenças entre salários e desigualdades estão focadas nas diferenças entre os trabalhadores no que diz respeito as suas características produtivas. Sendo assim um trabalhador pode ganhar cem vezes mais que outro por ser cem vezes mais produtivo. A teoria econômica tradicional costuma remeter tais diferenças a diferentes intensidades de investimento em capital humano, em especial, na educação. As diferenças de produtividade e conseqüentemente de salários, são reflexos dos investimentos em capital humano.

Ainda conforme destaca o autor que por trás de uma desigualdade justificada pelas diferenças de produtividade relacionada aos diferentes graus de acumulação de capital humano, se esconde o problema da falta de oportunidade. Neste sentido a democratização do capital humano é um importante mecanismo para gerar igualdade de oportunidades, porém, algum grau de desigualdade sempre irá persistir.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

O autor ainda ressalta que embora a democratização do investimento em capital humano, as qualificações e a melhora na produtividade por parte dos trabalhadores sejam necessárias, são também insuficientes no combate à desigualdade.

2.3 A EDUCAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO

Em muitos países em desenvolvimento, o simples fato de ter ido à escola por algum tempo, ter aprendido a ler, já diferencia a pessoa, coloca-a no mundo moderno e dá-lhe um *status* especial. Ter frequentado o ensino fundamental ou a universidade, mesmo sem terminar o curso, já permite ao indivíduo o privilégio de pertencer à elite instruída. Numa sociedade em que as conquistas educacionais, simbolizadas por certificados e diplomas, estão relacionadas com as categorias de emprego preferidas e com *status* social, o estudante que termina um curso superior geralmente tem perspectivas de trabalho muito mais promissoras do que aqueles que não possuem.

Segundo Schwartzman (1986) a educação superior está associada a profissionalização, logo as universidades são vistas como fornecedoras de formação especializada e seus alunos se tornam, através do diploma, legalmente autorizados a desempenhar uma determinada atividade profissional. Parece que aqueles que exercem uma determinada profissão, no entanto, estão preparados para tal. Porém nem sempre isto é verdade. Uma característica importante da sociedade brasileira moderna é que seus integrantes possuam um diploma de nível superior para estarem aptos a desempenhar funções.

Este movimento em direção ao conhecimento especializado, moldaram as instituições de ensino, desviando-as da educação generalista e levando-as a dar uma qualificação profissional para cada aluno que se forma. A sociedade moderna nunca se torna tão completamente diferenciada e especializada como eram as expectativas acerca da divisão do trabalho nas sociedades industriais (SCHWARTZMAN, 1986).

Por isso, existe a necessidade de se procurar uma realidade que avalie o sistema educacional, tem-se que ir ainda mais longe e indagar em que medida o processo educacional está ajustado às necessidades da força de trabalho.

Ainda para Coombs (1976) dentre as principais causas dos desajustes entre sistema de ensino e o mercado de trabalho encontram-se as seguintes: relações inadequadas entre salários e remunerações que tendem a atrair a força de trabalho na direção errada, ou seja, fora da sua área de formação e os preconceitos contra o trabalho manual que afastam os jovens das ocupações mais necessárias para o desenvolvimento, atraindo-os para empregos relativamente menos produtivos;

Caso este diagnóstico esteja correto, pode-se concluir que nem sempre o desemprego de engenheiros, por exemplo, significa necessariamente que o sistema de ensino esteja produzindo um número excessivo destes profissionais. De acordo com o autor supracitado, possivelmente, para muitos países isso significa que a economia e o governo ainda não aprenderam a utilizar os engenheiros da maneira mais conveniente para o desenvolvimento do país.

Para enfrentar o desemprego, uma educação de qualidade é fundamental, porém, infelizmente, isso fica a cargo dos grandes centros universitários públicos e privados da qual fazem parte a elite as massas pensantes.

As IES são muitas vezes geradoras de um grande montante de profissionais sem perspectiva de trabalho. O Estado, para crescer economicamente precisa desenvolver políticas de atuação conjunta e planejada entre as escolas e o mercado de trabalho porque “[...] o projeto de ser alguém na sociedade passa a se concretizar nos resultados obtidos a partir do desempenho no trabalho [...]” (CRUZ, 1999, p. 185).

2.4 EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

A educação é uma forma de mediar as contradições de classe transferindo para o indivíduo a responsabilidade da sua situação na sociedade. Logo, a função de educador fica bastante difícil, pois este é chamado a fornecer aos seus alunos oportunidades de “escapar” à sua situação, em vez de fornecer a sociedade os instrumentos da sua autotransformação (DOWBOR, 1986).

No Brasil, a escola tem sido concluída apenas por uma minoria. A maioria, de baixa renda, não consegue terminá-la.

Na verdade, a escola tem funcionado como uma instituição confirmadora da distribuição de renda e de classe social: aos de maior renda, maior número de anos de estudo e de cursos concluídos; aos de baixa renda, a evasão e a repetência somam-se ao trabalho precoce, delineando um quadro já antigo: uns para pensar, outros para trabalhar (KRUPPA, 1994, p. 85).

Reis e Schwartzman (s/d) identificam duas funções sociais contraditórias na educação, pois se por um lado ao mesmo tempo em que é um canal de ascensão e mobilidade social, por outro é uma mecanismo de reprodução e consolidação das desigualdades sociais. Esta dicotomia parece estar relacionada com a expansão das oportunidades de trabalho, pois se estas estão em expansão, a educação funciona como um canal de ascensão, caso contrário ela funciona como um mecanismo de seleção e recrutamento que reproduz a desigualdades sociais, considerando a relação existente entre o desempenho escolar e o nível socioeconômico das famílias dos estudantes. Quando o mercado de trabalho não expande, aumenta cada vez mais as exigências de qualificação, e se todos os jovens tivessem o mesmo tipo de educação e em igualdade de condições, teria-se uma situação de igualdade de oportunidades, mesmo com um mercado de trabalho restrito.

A formação superior deve(ria) garantir dentro de um período de escolarização bastante curto conhecimento para o desenvolvimento de habilidades propícias à integração do acadêmico no mercado de trabalho.

É visto, que nos últimos anos, a taxa de desenvolvimento econômico diminuiu consideravelmente e o número de indivíduos que entram para o mercado de trabalho com formação universitária tem aumentado, porém em diferentes proporções.

De acordo com Carnoy (1986) parece que os jovens com diploma universitário serão obrigados, cada vez mais, a aceitar trabalhos que tradicionalmente eram exercidos por pessoas com recursos educacionais bem mais baixos.

Embora existam incentivos e estímulos para a expansão das matrículas nas escolas e universidades para que haja qualificação da força de trabalho, as oportunidades de emprego para as pessoas mais escolarizadas não se expande à mesma taxa.

Essa contradição entre a educação como forma de ascensão social juntamente com a falta de oportunidade de emprego para os formados universitários continuará a dar vazão a um contingente cada vez maior de pessoas “educadas”, visto a imobilidade da economia em absorvê-las (CARNOY, 1986).

Assim, parece estar se deteriorando qualitativamente e quantitativamente as alternativas para as pessoas com curso superior, logo estas se encontrarão em situações em que suas qualificações e expectativas serão bem maiores a realidade dos empregos disponíveis. A falta de oportunidades de promoção e os baixos ganhos salariais tendem a criar uma força de trabalho relativamente instável e criando dificuldades para o sistema educacional (IBIDEM, 1986). Nesse sentido os trabalhadores com maior escolarização do que aquela requerida para o desempenho das suas funções e que receberão seus salários de acordo com a função que

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

desempenha e não de acordo com o nível de escolaridade, tem maior probabilidade de ficarem insatisfeitos com seus empregos e assim serem menos produtivos.

2.5 O ALUNO DO ENSINO NOTURNO E A UNIVERSIDADE

O aluno que frequenta o curso superior sabem das dificuldades que devem ser superadas para tanto, sejam elas financeiras ou até mesmo o desgaste físico e mental. Porém, mais do que necessário ele é praticamente um pressuposto para um acesso mais facilitado ao mercado de trabalho, que por sua vez, exige qualificação para o desempenho de determinadas funções. O aluno noturno na sua grande maioria é trabalhador e não tem seu tempo exclusivo para o desempenho das atividades educacionais, divide seu tempo com o trabalho, que na maioria das vezes é o que garante sua permanência na universidade. Neste sentido a educação e trabalho são praticamente dependentes um do outro.

Segundo Furlani (1998) está cada vez mais difícil relacionar o conhecimento, as profissões e os certificados em cujos ajustes intervêm o mercado, o Estado, as associações profissionais e mudanças técnicas e socioeconômicas que redefinem a produção, transmissão e uso dos conhecimentos nas atividades sociais.

Como já foi mencionado, o aluno do ensino noturno é caracterizado pelo seu baixo nível socioeconômico. Conforme a autora, o ensino superior é visto pelos alunos, principalmente do ensino noturno, como forma de ascensão profissional, juntamente com vantagens financeiras, superação da baixa escolaridade dos pais e em menor grau com o objetivo de enriquecimento cultural. Para os alunos do ensino noturno uma melhor qualificação irá refletir numa melhor ocupação na hierarquia do trabalho.

Ainda, relata a autora, que os alunos de nível socioeconômico mais baixo procuram os cursos menos disputados e os mais baratos, isto porque as exigências do curso confrontam com as exigências trabalhistas, sem falar da luta do aluno para vencer a força dos determinantes econômicos.

A história escolar do aluno se configura como luta contra diversos determinantes: a escolha do que não lhe interessa, mas do que lhe é possível, devido a difícil conciliação entre trabalho e estudo e o peso da sua situação econômica. As conseqüências de não levar em consideração interesses, habilidades e motivações na opção pela carreira são desastrosas não apenas em termos de realização pessoal e profissional, mas também para o conjunto da sociedade para qual reverterá produto do seu trabalho (FURLANI, 1998, p. 81 - 81).

Muitas vezes o aluno não se identifica com o curso que escolheu. Porém, o acadêmico tem que conciliar a exigência de qualificação e a pressão do mercado de trabalho com suas condições financeiras. Assim, muitos alunos acabam fazendo um curso superior pela necessidade do mercado de trabalho associada às condições financeiras, ficando em segundo plano a sua própria realização profissional.

3 MÉTODO

Para alcançar os objetivos propostos e responder as questões de pesquisa, a metodologia deste artigo desenvolveu-se através de uma pesquisa descritiva e exploratória, pesquisa bibliográfica (livros, artigos e pesquisas eletrônicas) e pesquisa de campo com a aplicação de questionários. A abordagem para a identificação do problema de pesquisa foi quantitativa e qualitativa.

Este é um estudo de caso dos egressos do Curso de Economia da UNESC, no qual foi feita uma análise sobre a questão do mercado de trabalho para os egressos. O levantamento dos

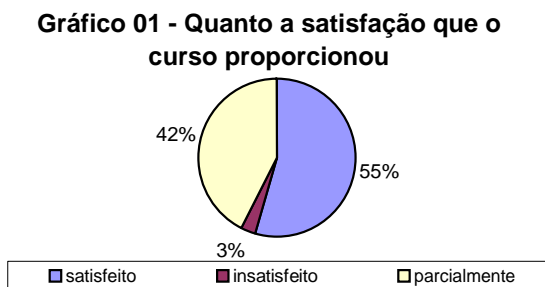
dados para se fazer à relação do ensino superior com o mercado de trabalho foi feito através da aplicação de questionários com perguntas fechadas e de múltipla escolha. O tamanho da amostra foi de trinta e quatro egressos, sendo que a população total é de cinquenta e três. Buscou-se nesta amostra caracterizar os egressos de todos os semestres, respeitando-se a proporcionalidade.

4 RESULTADOS

Com base nas respostas obtidas com os questionários aplicados, que tem por finalidade responder os objetivos propostos neste trabalho, foram distribuídos 49 questionários, sendo que o Curso de Economia possui 53 egressos. Entretanto se obteve 34 questionários respondidos pelos egressos, o que corresponde a 64% do total.

4.1 SATISFAÇÃO POR PARTE DOS EGRESSOS EM TER CURSADO ECONOMIA

Quanto a satisfação a respeito da formação que o curso proporcionou, obteve-se os seguintes resultados: 55% se consideram satisfeitos; 42% se satisfizeram em parte e 3% estão insatisfeitos.



Com relação ao objetivo do egresso em cursar economia houve um empate de 24% entre as opções melhorar/ampliar a cultura geral e o engajamento na vida profissional; 18% responderam que gostariam de compreender melhor o contexto em que vivem; 15% estabilização na vida profissional; 12% realização de um sonho ou projeto de vida e 7% ascender socialmente.

Tabela 01 – Objetivos ao realizar um curso superior

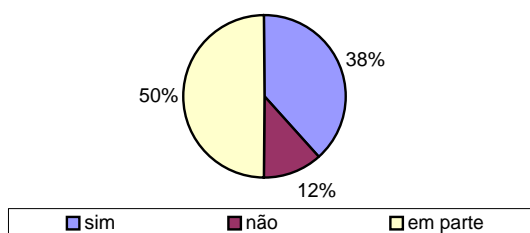
Motivos (alternativas)	Nº de respostas	Percentual %
Melhorar/ampliar a cultura geral	14	24
Engajamento na vida profissional	14	24
Compreender melhor o contexto em que vivo	11	18
Estabilização na vida profissional	09	15
Realização de um sonho ou projeto de vida	07	12
Ascender socialmente	04	07
Outros	-	-
TOTAL	59	100

Fonte: dados da pesquisa

4.2 EXPECTATIVAS QUANTO A REALIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

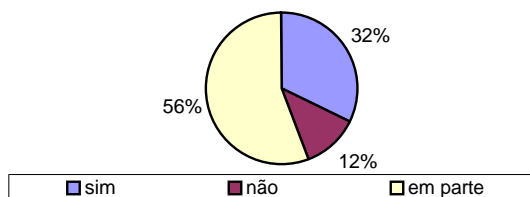
Se as expectativas de formação profissional foram alcançadas pelos egressos: 50% responderam em parte, 38% responderam que sim e 12% responderam que não, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 02 - Se as expectativas de formação profissional foram alcançadas



A pergunta que enfoca se o curso proporcionou uma formação adequada para assumir melhor as funções que desempenha, as respostas obtidas foram as seguintes: 56% responderam em parte, 32% responderam que sim e 12% responderam que não.

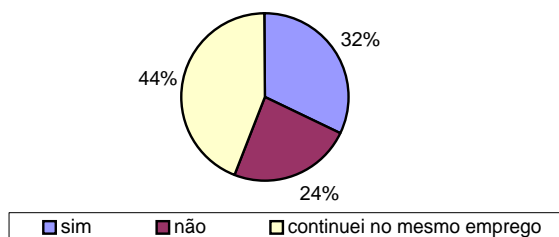
Gráfico 03 - O curso proporcionou uma formação adequada



4.3 EM RELAÇÃO A SITUAÇÃO OCUPACIONAL DEPOIS DE FORMADO

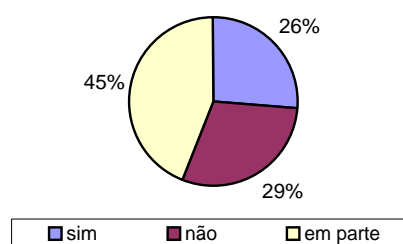
Observa-se com relação ao emprego que 44% continuam na mesma atividade; 32% conseguiram melhorar de emprego depois de formados e 24% não conseguiram um melhor emprego depois de formados. Uma observação importante é que dentre os que continuaram no mesmo emprego e aqueles que não conseguiram melhor emprego depois de formado somam 68%.

Gráfico 04 - Conseguiu melhor emprego depois de formado



Sobre a atuação na área de formação: 45% estão atuando em parte; 29% não atuam na área de formação e 26% estão atuando na área.

Gráfico 05 - Atuação na área de formação



Quanto aos motivos de não atuarem na área, houve 14 manifestações entre aqueles que não estavam atuando e os que atuavam em parte, sendo que os resultados foram os seguintes: 58% não atuam por falta de oportunidade no mercado de trabalho; 14% pela falta de interesse pela área de formação e pela deficiência na formação do curso. E 7% responderam que não atuam na área porque o salário não corresponde a sua formação e por outros motivos.

Tabela 02 – Motivo pelo qual não está atuando na área de formação

Alternativas de resposta	Nº de resposta	Percentual
Falta de oportunidade no mercado de trabalho	08	58
Falta de interesse pela área de formação	02	14
Deficiência na formação do curso	02	14
O salário não corresponde a sua formação	01	07
Outros	01	07
TOTAL	14	100

Fonte: dados da pesquisa

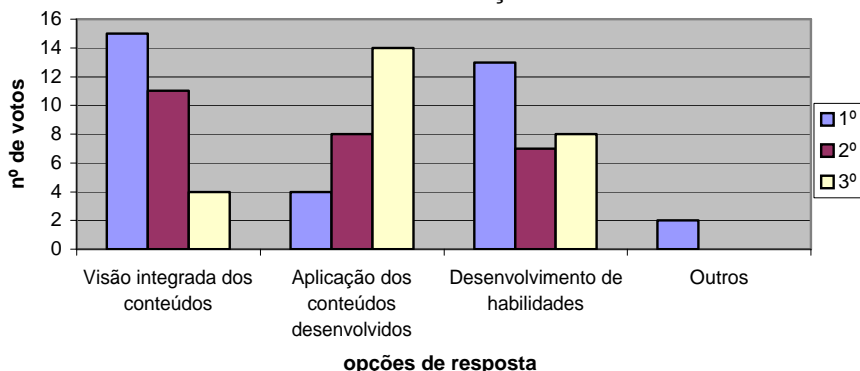
4.4 O CURSO E O MERCADO DE TRABALHO

Fica claro, segundo as repostas dos egressos, que o curso preparou-os para o mercado de trabalho com relação: 1º: visão integrada dos conteúdos; 2º: para o desenvolvimento de habilidades e 3º para a aplicação dos conteúdos desenvolvidos. As alternativas desta questão foram enumeradas pelos egressos de acordo com a ordem de importância para eles. Sendo assim, 15 egressos acreditam que em 1º lugar que o curso preparou-os mais para uma visão

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA
AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

integrada dos conteúdos, 11 egressos escolheram esta opção como 2º lugar e 04 egressos como em 3º. Com relação a aplicação dos conteúdos desenvolvidos houveram 04 manifestações como 1ª opção, 08 como 2ª opção e 14 como 3ª opção. Já como opção de resposta o desenvolvimento de habilidades, 13 egressos acreditam que o curso os prepara para tanto, colocando esta opção em 1º lugar, 07 colocaram está opção como 2º lugar e 08 como 3º.

Gráfico 06 - O curso preparou você para o mercado de trabalho com relação a:

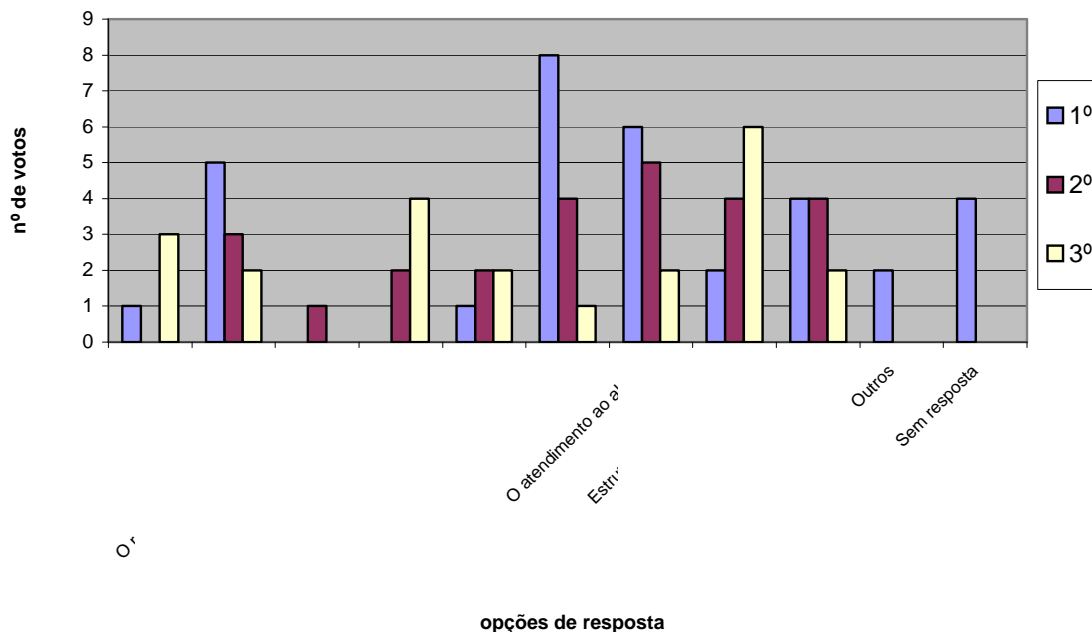


No que se refere aos pontos fracos do curso, dos 34 questionários distribuídos 27 se manifestaram em relação ao que consideram estar em 1º lugar. Destas manifestações 30% acreditam que o ponto fraco do Curso de Economia está na relação teoria/prática; em relação ao atendimento ao aluno 22%, seguido de 18% no que se refere as instalações e equipamentos. As exigências de ordem e disciplina correspondem 15%, seguida da estrutura organizacional com 7% e empatados com 4% das manifestações estão o corpo docente e o ambiente acadêmico.

Pode-se concluir, de acordo com a pesquisa, que os egressos consideram como pontos fracos a relação teoria/prática, o atendimento ao aluno e as instalações e equipamentos.

Cabe ressaltar ainda que dos 34 questionários distribuídos 02 responderam como ponto fraco outros motivos, corresponde um percentual de 6% e 04 optaram por nenhuma nas alternativas, levando-nos a concluir que 12% das 34 manifestações acreditam que o curso não tem nenhum ponto fraco, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 07 - Pontos fracos do Curso de Economia



Outro ponto importante da pesquisa é com relação as respostas que foram justificadas a respeito da formação profissional os egressos ainda colocaram que faltou comprometimento de alguns professores para ministrar determinados conteúdos, muitos deixaram a desejar. O curso proporcionou uma visão geral e o acadêmico deverá de aprofundar na área de seu interessa buscando uma especialização.

5 CONCLUSÃO

Ultimamente, um bom número de críticos, principalmente os pertencentes a comunidade universitária, perguntam-se se as universidades estão correspondendo às expectativas da sociedade com relação a formação para um mercado de trabalho exigente e seletivo.

Ao ingressar na universidade, o acadêmico cria uma certa expectativa em torno do seu futuro profissional, imagina um mercado de trabalho promissor com um leque de oportunidades de emprego. Porém, não esperem estes, que ao saírem da universidade irão encontrar uma cadeira e uma mesa a sua espera, pois o mercado de trabalho, muitas vezes, está saturado e não consegue incorporar estes recém formados.

De acordo com os resultados obtidos pela pesquisa podemos destacar, entre outros, o seguinte: os egressos tiveram como objetivos ao cursar economia melhoria e ampliação da cultura geral, o engajamento na vida profissional, a compreensão do contexto em que vivem e a estabilidade profissional. Ainda conforme os resultados da pesquisa a grande maioria acredita que a formação proporcionada pelo curso está em parte adequada para as funções desempenhadas pelo egresso no mercado de trabalho. Para aqueles que ainda não se alocaram na sua área de formação tem-se como principal motivo apresentado a falta de oportunidade no mercado de trabalho. Outro ponto de destaque foi que e a grande maioria continua na mesma atividade profissional depois de formado.

O mercado de trabalho, em algumas situações, exige que o trabalhador além da qualificação, tenha experiência, bom relacionamento, facilidade de trabalhar em equipe, esteja atualizado e uma série de requisitos nem sempre compatíveis ao salário que lhe é oferecido. Num mercado

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA
AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

com restrição de emprego da força de trabalho, a teoria do capital humano ou da mobilidade social através da educação nem sempre se aplica, visto que a necessidade faz com que muitos se sujeitem a trabalhar pelo que lhe é imposto, mesmo sendo por um salário que não corresponda as funções que este exerce. Neste sentido a expectativa de ascensão social fica comprometida.

REFERÊNCIAS

AUED, Bernadete Wrublevski. Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas. In: AUED, Bernadete Wrublevski (org.). **Educação para o (Des)emprego: (ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, 190 p.43-64.

BUFFA, Éster. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1987. 94 p.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: Base e superestrutura/Relações e Mediações**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1986. 87p.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **A escola como mercado de trabalho: os bastidores de divisão do trabalho no âmbito escola**. São Paulo: Iglu, 1989. 143p.

COOMBS, Philip H. **A Crise Mundial da Educação**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. 327p.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e desigualdade**. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acessado em 30 de maio de 2006.

CRUZ, Roberto Moraes. Formação profissional e formação humana: os (dês)caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, Bernadete Wrublevski (org.). **Educação para o (Des)emprego: (ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, 190p. p. 175-189.

DOWBOR, Ladislau. Prefácio. Prefacio. In: CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: Base e superestrutura/Relações e Mediações**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1986. 87p.

FURLANI, Lúcia M. Teixeira. **A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno**. São Paulo: Cortez, 1998, 184 p.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. 157 p.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos e MIRANDA, Rogério Boueri. **Dinâmica da renda, longevidade e educação nos municípios brasileiros**. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acessado em 30 de maio de 2006.

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBGE. Taxas de analfabetismo. **Educação**, 2003, Disponível em : http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/tabelas/educação_tabela01.htm. Acesso em: 17 de março de 2006.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA
AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

REIS, Elisa Pereira e SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos.** s/d. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon>. Acessado em: 27 de maio de 2006.

SACRISTÁN, José Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. In: IMBERNÓN, Francisco. **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato.** 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 205 p.

SCHWARTZMAN, Simon. **O que fazer com a Universidade?** 1985, Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/carolina.htm>. Acessado em: 29 de maio de 2006.

_____. **Educação superior e trabalho no Brasil: o contexto sócio-econômico.** 1982, Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/lodi.htm>. Acessado em: 29 de maio de 2006.

_____. **O futuro das profissões: a educação superior, o credencialismo e a constituição.** 1986, Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/cendec1.htm>. Acessado em: 29 de maio de 2006.

TORTAJADA, Iolanda e FLECHA, Ramón. Desafios e saídas educativas na entrada do século. In: IMBERNÓN, Francisco. **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato.** 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 205 p.

TOSCANO, Moema. **Introdução à Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984. 244p.